



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Sexualidade.

## EDUCAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E POPULAÇÃO LGBTI – OS DESAFIOS DA INCLUSÃO SOCIAL EM AMBIENTES EDUCACIONAIS DESSA POPULAÇÃO.

Renata Santos da Costa<sup>1</sup>  
Marcelo Ricardo Prata<sup>2</sup>

**Resumo:** No contexto da discussão sobre direitos da população LGBT, este trabalho trata das questões referentes à exclusão social desse grupo de indivíduos, no que diz respeito ao ambiente escolar. Apresentando a importância da discussão de gênero e sexualidade nas escolas, bem como a importância do Serviço social estar intervindo junto aos profissionais de Educação com o intuito de minimizar os estragos feitos pela homofobia tão recorrente nestes espaços, bem como auxiliar na capacitação de professores, educadores e demais profissionais ligados à educação. A pesquisa também traz a discussão da sexualidade como um direito humano respeitando-se a liberdade que cada indivíduo tem para lidar com ela e seu corpo.

**Abstract:** In the context of the discussion on LGBT rights, this work deals with the issues related to the social exclusion of this group of individuals with regard to the school environment. By presenting the importance of the discussion of gender and sexuality in schools, as well as the importance of Social Service to intervene with Education professionals in order to minimize the damage caused by the homophobia that is so common in these spaces, as well as to help in the training of teachers, educators and other professionals related to education. Research also brings the discussion of sexuality as a human right respecting the freedom that each individual has to deal with her and her body.

### 1 APRESENTAÇÃO

Na maior parte do século XX, a sexualidade humana e os estudos sobre sexo e gênero foram amplamente ignorados como objeto de reflexões e pesquisas sociais. Com efeito, na medida em que, aparentemente, isso guardaria pouca relação com problemas mais cruciais e imediatos da vida social, os debates dos referidos temas limitaram-se, por muitos anos, ao âmbito das ciências biomédicas, sendo, por vezes relegados a práticas psiquiátricas de horizonte absolutamente restrito (TRINDADE, 2016). Ainda de acordo com a autora (idem), mais recentemente, contudo, a marginalização da sexualidade e sua submissão ao olhar e ao poder biomédico começaram a ceder lugar a uma análise política e social mais abrangente. Assim, especialmente a partir de meados da década de 1980, iniciou-se – inclusive no Brasil –

---

<sup>1</sup> Profissional de outras áreas. Universidade do Norte do Paraná. E-mail: <marcelorprata@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz. E-mail: <marcelorprata@gmail.com>.

a expansão de pesquisas sociais sobre sexualidade e gênero, com a elaboração de diversos estudos por acadêmicos das Ciências Sociais, da Psicologia Social, da Antropologia, do Serviço Social e de outras áreas.

Entretanto, grande parte dos trabalhos pioneiros tinham como foco exclusivo as mulheres e a maternidade. Nos últimos anos, todavia, as discussões das relações de gênero ganharam abordagem mais ampla, com a inclusão de temas como masculinidade e travestilidade, por exemplo, sobretudo, por conta das transformações socioculturais relacionadas à visibilidade pública do movimento LGBT<sup>3</sup>.

A elaboração do presente artigo coincide essencialmente com esse momento de crescimento; ampliou-se, recentemente, o debate entre os movimentos sociais acerca da questão de gênero nas escolas e no espaço acadêmico, principalmente no que diz respeito à inclusão de travestis e transexuais em tais espaços, propiciando reflexões acerca de como lidar com a questão de gênero e de sujeitos que questionam reiteradamente os padrões instituídos pela sociedade, desorganizando a categoria naturalizada do humano e denunciando implícita ou explicitamente que as normas de gênero não estabelecem um consenso absoluto na vida social e, assim, desafiam as fronteiras entre a experiência individual e a necessidade de reconhecimento social (TEIXEIRA, 2013).

No caso de travestis e transexuais, no imaginário popular, ainda se tem a ideia de que tais pessoas vivem de glamour, sexo e violência, isto é, para muitos, a questão da transexualidade e da travestilidade passa obrigatoriamente pelo cenário de prostituição. Nesse sentido, Silva (1993) assevera que “o universo das travestis não é mais e nem menos complexo que nenhum outro. Apenas como qualquer outro, contém especificidades que exigem cuidados específicos”.

Há várias décadas, diferentes coletivos organizados e conectados ao movimento LGBT no país têm denunciado injustiças, desigualdades e discriminações, reivindicando igualdade de acesso a bens e serviços e reconhecimento político e cultural na educação escolar, nos currículos escolares e nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Nos últimos anos, a sociedade brasileira tem acompanhado a atuação cada vez maior de grupos que demandam o reconhecimento das diferenças no espaço escolar, entre elas as diferenças de gênero. Tanto no campo normativo, como

---

<sup>3</sup> O uso da sigla LGBT – que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – foi acordado e difundido a partir da II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada no período de 15 a 18 de dezembro de 2011, em Brasília.

nas práticas pedagógicas, a educação brasileira tem se defrontado com o desafio de se transformar, deixando de negar física ou simbolicamente travestis e transexuais, para propor dinâmicas que impactem o fazer educativo.

Este trabalho tem como objetivo geral desenvolver uma discussão sobre a questão da homofobia em ambiente escolar. Seus objetivos específicos: levantar a História da homossexualidade; compreender a importância de se discutir o tema homofobia em ambiente escolar; entender como se dão os processos de homofobia e identificar o debate do Serviço Social sobre homofobia e sexualidade. A metodologia usada foi pesquisa bibliográfica, utilizando artigos *online* e livros que falam da História da homossexualidade e da homofobia em ambiente escolar. Esses autores trabalharam com o tema enquanto um desdobramento da questão social e abordaram a relação da questão da homossexualidade com a homofobia na escola. Os principais temas abordados foram: a História da homossexualidade; A homofobia escolar; O Serviço Social que, nas escolas, discute a história da homossexualidade, os movimentos homossexuais no Brasil, a homofobia e suas consequências, homofobia escolar e a exclusão social da população LGBT; Serviço social e Homossexualidade – os desafios da(o) assistente social para garantia de direitos.

O debate sobre a homossexualidade vem ganhando bastante espaço. Na TV, nas redes sociais, nas paradas ao ar livre, nas alas de decisão judicial e nas conversas do dia a dia a figura do homossexual deixa de ser uma especulação para bater na porta de todo e qualquer indivíduo de nossa sociedade.

Recuando aos tempos antigos, poderíamos nos deparar com uma visão bastante particular ao notarmos que o afeto e a prática sexual não se distinguiam naquele período. As relações sexuais não eram hierarquizadas por meio de uma distinção daqueles que praticavam, "optavam" pelos hábitos heterossexuais ou homossexuais.

Segundo Dias (2000) existiam manifestações homossexuais nas representações teatrais em que os papéis femininos eram representados por homens travestidos de mulheres ou usando máscaras com feições femininas. Madri e Filho (2016) aponta que: Considerando que as mulheres não ocupavam nenhum papel importante nessa sociedade, a não ser de cortesãs que se relacionavam de igual para igual com os homens, não tinham elas nenhuma base para educar os filhos homens, sendo que, quando a criança estava na adolescência, era de costume que a família desse adolescente elegeisse um homem mais velho, ao qual era passada a obrigação de educar este adolescente. Segundo estudos, em razão dessa relação de um educador e

um educando é que surgiu a pederastia que acabou por se difundir pelas demais ilhas gregas. É importante frisar que essa relação pederástica era aprovada pela família, porém não era qualquer um que seria o Erastes (homem mais velho), já que o candidato passava pelo crivo de aprovação da família e também dependia da aceitação do Erômenos (adolescente), para que então o Erastes viesse a servir como amigo e educador deste adolescente, e que, neste processo de aprendizado, o Erômenos se submetia, como uma mulher a essa relação (Madri e Filho, 2016).

A homossexualidade no contexto greco-romano, do início do século II DC foi culpabilizada pelo declínio do império, já que os políticos e religiosos da época concluíram que o contato com os corpos e as paixões desmedidas estavam levando os cidadãos à escravidão da mente e dos sentidos. A conversão dos Constantinos ao paganismo foi se fundindo à religião do imperador e, assim, a homossexualidade foi colocada totalmente fora da lei e, às vezes brutalmente punida, segundo Rodrigues (*apud* Prata, 2017).

Ainda segundo Rodrigues (*apud* Prata, 2017) iniciam-se aqui, com o Imperador Constantino, as primeiras manifestações de homofobia, o que, nas gerações futuras causou e continua causando várias formas de violência contra os homossexuais.

Durante a inquisição, muitos homossexuais foram condenados à fogueira ou a outro tipo de violência por causa de sua orientação sexual; para isso, não havia distinção de sexo. A idade era considerada: mínima entre 12 e 15 anos, que consentissem com a sodomia eram aprisionados por 3 meses; acima de 15 anos, além da prisão deveriam pagar multa. Para os adultos, as multas se tornavam maiores, e, se não fossem pagas, o condenado teria suas partes genitais amarradas e seria obrigado a desfilar nu pelas ruas, surrado e depois expulso da cidade (Rodrigues *apud* Prata, 2017).

Portugal, que, mais tarde, colonizaria o Brasil, não poderia ficar de fora do contexto puritano pregado pela Igreja na época, promulgadas as Ordenações Afonsinas, código de lei que considerava a sodomia o pior de todos os crimes cometidos pelos homens, reforçada logo depois pelas Ordenações Manuelinas (1521) e Filipinas (1606). Porém, como todas as leis, só atingiam os pobres, poucos foram os condenados por esses três códigos penais, tornando-se assim, quase inexistente sua aplicação, já que, em diversos casos, a sodomia partia de cima para baixo, ou seja, geralmente os homossexuais pertenciam à nobreza e, nesses casos, a nobreza está imune aos braços da lei. É justamente neste contexto de poder, dinheiro e luxúria que muitos homossexuais famosos se esquivavam de terem seus nomes envolvidos em relações

amorosas com pessoas do mesmo sexo. Esse era o perfil sombrio e melancólico que a Idade Média vivia em toda a Europa, uma época obscura e bárbara, porém a coisa começa a mudar com a Renascença, já que, nesse contexto político e social, surge a imprensa e, com ela, ressurgem as obras greco-romanas, o povo se torna instruído e o homem se torna emancipado da Igreja, conforme nos mostra Rodrigues (apud Prata, 2017): “Os humanistas da Renascença voltaram a se aproximar da cultura da Grécia Antiga e de Roma. O gosto pela arte e literatura levava ao vento as nuvens da inquisição”. Essa breve introdução histórica se faz importante para podermos nos situar no contexto das sexualidades.

Depois do núcleo familiar, a escola é nosso segundo núcleo de convivência e sociabilidade. É o espaço em que vivemos mais tempo em nossas vidas. Também é o espaço onde estão presentes inúmeros conflitos sociais, dentre estes, a questão das sexualidades e o debate acerca da homofobia escolar. Para Lionço & Diniz (2009) a escola é um espaço de novas práticas sociais e saberes compartilhados, e a vida escolar não se resume à socialização formal de crianças e adolescentes, pois também é uma experiência potencial de revisão e crítica de práticas sociais injustas e discriminatórias.

Seffner (2009) diz que a escola é um espaço público. É o local onde os alunos podem aprender de forma intensa a negociar as regras de convívio em espaços públicos, conhecimento que será necessário até o fim da vida. O estigma e a discriminação são barreiras à construção da cidadania plena de qualquer indivíduo. Não devem, portanto, ser admitidos no espaço escolar.

Para Junqueira (2009), Ao longo de sua História, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do “outro” (considerado “estranho”, “inferior”, “pecador”, “doente”, “pervertido”, “criminoso” ou “contagioso”) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente “normal”.

Seffner (2009) diz que o ingresso, a acolhida e a efetiva inclusão de alunos *gays*, alunas lésbicas e jovens travestis, para ficar apenas nesses três exemplos de diversidade sexual, exigem da estrutura escolar muita modificação. A primeira é a abolição das piadas e das manifestações sexistas, tão comuns entre professores e professoras, acerca dos alunos e das alunas “diferentes” dos padrões heterossexuais, ditos “normais”. Não é possível educar num ambiente de falta de respeito, e a agressão – verbal, e até mesmo física – tem sido uma arma de expulsão de indivíduos que não

se enquadram na regra da heteronormatividade. É necessário construir um ambiente de respeito e aceitação, o que não significa permitir que todos os desejos dos alunos em relação à vida amorosa e particularmente sexual sejam admitidos na escola.

Almeida (2008) diz que o termo homofobia foi cunhado a partir da sobreposição das palavras gregas *homo* (igual) e *fobia* (medo); este tem sido largamente utilizado no contexto dos movimentos LGBT para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônicas e que a homofobia é um conceito que traduz tanto sentimentos (medo, ódio, aversão, desprezo, repulsa) quanto atitudes (discriminação, rejeição, violência, negligência) individual e coletivamente protagonizadas nos mais diferentes âmbitos sociais. Assim, os efeitos da homofobia “determinam lugares e posições para uma vida, reafirmando no campo da norma, o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis, na ordem do precário e do desprezível”.

Prata (2007) diz que, em se tratando de civilização brasileira, avançamos muito pouco com relação às ideias sobre o corpo, a alma e a sexualidade inculcadas no século XVI. A situação é ainda mais acentuada quando fazemos referência às questões de ordem sexual no âmbito da educação escolar. Este tema é, em geral, visto com olhar “enviesado”, estreito, apesar da sociedade democrática ter escolhido, a partir do século XVIII, as instituições de ensino, em todos os níveis, para acolher as grandes questões que inquietam o meio social. A homossexualidade é tema que educadores, sejam diretores, coordenadores ou professores, com ou sem pós-graduação, fazem questão de silenciar, causando assim, a exclusão de vários meninos e meninas do núcleo escolar.

Bello & Felipe (2009) observam que, em muitas famílias, especialmente os pais (homens) se sentem extremamente ameaçados na sua própria masculinidade quando seus filhos, embora pequenos, não dão sinais claros de masculinidade. Por exemplo, meninos que têm a voz fina ou que mostram interesse por objetos e brincadeiras de meninas, ou que têm uma postura corporal mais afeminada são vistos como homossexuais em potencial, despertando assim um excesso de preocupação por parte dos pais. Estes chegam mesmo a pedir às professoras que não permitam que seus filhos brinquem com coisas de meninas, tais como utilizar os objetos do “Canto da Fantasia”, experimentar maquiagem, sapato alto, bolsas, colares, fantasias diversas (bailarinas, princesas, bruxas etc).

No que diz respeito à questão da diversidade sexual, Lionço & Diniz (2009) relatam que, nos livros didáticos, não há menção explícita à diversidade sexual, ou seja, há um silenciamento sobre a questão no material didático avaliado pelo MEC. O silêncio,

neste caso, para as autoras, é uma estratégia discursiva, dominante e uma nebulosa fronteira entre a heteronormatividade e a homofobia. Lionço & Diniz (2009) dizem que não há *gays* nas obras literárias, não há relações homossexuais no textos de orientação sexual e, muito precocemente, as crianças aprendem a indexar o universo social pela dicotomia de gênero.

Para Junqueira (2009), a escola configura-se como um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado.

Rangel & Oliveira (2016) realizaram uma pesquisa *sobre a mulher e o poder heteronormativo na escola*. Nessa pesquisa, foram ouvidas jovens lésbicas sobre a inserção e relações no contexto da escola e da família, com alunos de uma escola do Município de Duque de Caxias e, segundo elas, os relatos evidenciaram, no ambiente escolar, dificuldades no diálogo, na aproximação, na convivência com professores e colegas, marcada por um afastamento ostensivo. O isolamento e o silêncio sintetizam as experiências na escola. As autoras dizem que, no contexto escolar, também foram relatadas experiências de discriminação, distanciamento e intolerância, com vivências similares às ocorridas no ambiente da família, trazendo às jovens níveis acentuados de sofrimento psicológico e emocional. Rangel & Oliveira (2016) também sinalizam que: a ênfase em padrões pré-definidos de controle constitui-se, na sociedade e na escola, como uma maneira de silenciar as discussões sobre a população LGBT, além de expressar uma forma autoritária de garantir uma “identificação sexual” afinada com esses padrões e considerar desviantes as que não correspondem ao seu modelo.

Pereira, Leite Jr e Pocahy (2016) definem a escola como uma instituição especializada na educação das novas gerações, e uma das suas finalidades específicas (atividades específicas e sistemáticas), revelam, para os autores, que a escola está programada para apenas formar os sujeitos para as habilidades sociais e de inteligibilidade cultural, o que não inclui experiências humanas mais significativas, mas aquelas que interessam aos grupos dominantes e ao Estado.

Para Souza, Silva & Santos (2016), temos a necessidade urgente de uma formação docente que discuta a diversidade sexual na escola de forma pluralista e democrática, embasados pelos direitos humanos, tendo em vista que, para os autores, o desconhecimento dos educadores acerca desses assuntos leva à omissão de práticas

homofobias sutis, corriqueiras ao espaço escolar, tais como apelidos pejorativos, piadinhas, que causam, em muitos alunos, dor e sofrimento e levam muitos a abandonar os bancos escolares, configurando uma terrível violação de direitos.

A discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas se faz urgente, pois só com esse debate evitaremos que gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais tenham seu direito à educação negado ou negligenciado por pais e educadores e assim, minimizando a evasão escolar e o abismo da exclusão social dessas pessoas. Apesar da importância e seriedade deste debate, ainda vemos políticos baseados em suas fés religiosas cegas, que querem negar o direito a tal discussão, e conseqüentemente, abafar a garantia de direitos da população LGBT, como foi o caso da Câmara de vereadores do Município de Niterói/RJ (<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/camara-de-niteroi-derruba-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-19729461>), que derrubou o debate de gênero e sexualidade nas escolas, sob a alegação de que tal discussão fere a moral e os bons costumes da família brasileira. Na ementa, os vereadores proíbem a menção da palavra gênero dentro da escola, bem como a proibição de homens e mulheres trans utilizarem os banheiros de acordo com o seu gênero social e não o sexo biológico.

No que tange às práticas do Serviço social, Almeida (2008) diz que uma primeira e indispensável afirmação é que ainda é incipiente a discussão acerca do tema orientação sexual na profissão, seja por parte das unidades de ensino (ensino, pesquisa e extensão), seja por parte das instituições onde se efetiva a atuação profissional, ou ainda nos conselhos de fiscalização do exercício profissional (sistema CFESS/CRESS). Para a autora, os condicionantes desse caráter incipiente são múltiplos, mas poderíamos destacar entre eles: a histórica resistência com que a discussão da sexualidade esbarrou nos espaços acadêmicos em geral; a influência da moralidade católica mais conservadora nos primórdios da profissão e, ainda hoje, em determinados segmentos que compõem a categoria; a dificuldade que a discussão encontra para se desenvolver, mesmo em grupos políticos ou profissionais “de esquerda”, que muitas vezes permanecem conservadores do ponto de vista da moralidade sexual e das relações; segundo ela, as práticas que contribuem para a estigmatização e a discriminação são perversamente democráticas: protagonizadas por usuários, familiares, profissionais e gestores. Podemos apontar diferentes casos em que a atuação do Serviço Social resvala para ações discriminatórias, o que, em certa medida pode determinar as vidas de indivíduos e grupos que não correspondem ao ideal heteronormativo e/ou às expectativas de gênero hegemônicas.

No que diz respeito ao conjunto CRESS/CFESS, Almeida (2008), diz que,



embora retardatária, em 2006, o CFESS em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social, lançou uma “campanha pela livre orientação sexual” durante o 34º Encontro Nacional CFESS/CRESS, em colaboração com entidades nacionais do movimento LGBT. A campanha fundamentou-se no Código de Ética (respeito à diversidade, estímulo à participação de grupos socialmente discriminados e discussão das diferenças). Ela deu continuidade ao lançamento pouco anterior da Resolução 489/2006 do CFESS, que estabeleceu normas “vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social”, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética de 1993. Segundo a autora, apesar do forte comprometimento estabelecido pela Resolução 489/2006 a ser assumido pelos CRESS, à época do lançamento da campanha, eram fortes os rumores confirmados pela professora Maria Helena Tavares (PUC-RJ) de vários movimentos de resistência de vários conselhos regionais em adotarem a perspectiva da campanha e da Resolução, por discordarem da realização das mesmas.

Por conseguinte, quando a discussão de gênero e sexualidade é silenciada no ambiente escolar, nega-se, assim, o direito de travestis e transexuais de vivenciarem suas experiências e seus corpos da forma que melhor lhes convêm, tornando-os excluídos da sociedade.

No XIII Congresso Brasileiro de Assistentes sociais realizado em Brasília no ano de 2010, foi discutida a ampliação de sua área de abrangência, conquistando espaços que vão proporcionando novas possibilidades para a divulgação e efetivação acerca das políticas sociais. Com o objetivo de expandir os direitos e emancipar a sociedade, o Serviço Social se apresenta como uma profissão voltada para o atendimento das demandas sociais da população. Na área da educação, o assistente social, através de seu olhar diferenciado, apresenta-se como um aliado dentre os diversos atores institucionais na área educacional, na busca por uma educação de qualidade e que possibilite o acesso democrático a ela, bem como permita a esse aluno permanecer na escola. Cabe ao assistente social, não só diagnosticar, mas propor alternativas para as problemáticas sociais vividas por muitas crianças. Dentre essas problemáticas, destacamos a evasão escolar que se caracteriza hoje como um grande nó a ser desfeito pelos profissionais que atuam na escola. O serviço Social na educação ainda encontra um desafio, que é o de desconstruir uma prática de qualidade no meio educacional em favor da igualdade e da justiça social. A escola, por sua vez encontra o desafio de contornar a grande demanda por vagas que nem sempre são proporcionais aos números disponíveis na rede pública. Outro desafio encontrado pela escola é o de

manter e melhorar a qualidade do ensino. Essa tarefa só será bem-sucedida se houver uma parceria entre a escola e a família. O exercício dessa parceria deve ser estimulado pelos profissionais da escola que possuam habilidades para balizar o fazer pedagógico e as questões sociais, de modo a proporcionar um canal de comunicação eficaz entre a família e a escola. Essa ação deve ter um objetivo comum, que é a promoção do aluno e a certeza de que algo está sendo feito em prol desse aluno, com o objetivo de assegurar que lhe seja permitido o exercício pleno de sua cidadania. ([http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083\\_.html](http://cress-sc.org.br/img/noticias/0083_.html)).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho procurou desenvolver uma pequena discussão acerca da homofobia em ambiente escolar e suas consequências sociais que, por sua vez, englobam a importância do Serviço social na escola e, além de levantar questões pertinentes à garantia de direitos fundamentais da população LGBT a partir do empoderamento, ou visibilidade cidadã dessas pessoas e, principalmente, a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola, bem como a sexualidade como direito humano.

Longe de esgotar todas as possibilidades que este rico tema tem a nos oferecer, podemos concluir que o papel do assistente social na consolidação desses direitos é de fundamental importância, e se efetiva a partir de programas de intervenção, por meio da elaboração e implementação de projetos de ação e de intervenção, auxiliando na socialização e efetivação dos direitos do indivíduo LGBT, bem como de suas famílias e seus recursos.

Como proposição de estudo e intervenção neste âmbito, percebemos a necessidade de mais pesquisas na área do Serviço Social, unindo os conhecimentos e práticas de profissionais, como também profissionais envolvidos na área da Educação, para que as pessoas LGBT e suas famílias sejam observadas pelo Estado com os direitos que a elas são direcionados, sejam eles específicos para este grupo, mas com o valor dos direitos constitucionais de qualquer cidadão brasileiro.

É fundamental haver estudos para que a intervenção profissional dos assistentes sociais seja qualificada para atender a este público, assim como postulamos as dimensões do serviço Social, sejam: ético-política, teórico-metodológica, etc.

E, por fim, para concretizar a chamada interdisciplinaridade, é essencial para qualquer profissão ligar-se para o fato de que não se localiza isolada de outras

profissões; além disso, ter a consciência de que para bem trabalhar com de modo interprofissional, é sempre importante saber deliberar e ser competente em seu campo. Este é um elemento fundamental para que exista verdadeiramente troca entre os saberes – o que determina a equipe interdisciplinar.

Para compreender questões atuais pertinentes à população LGBT e sua exclusão escolar faz-se necessário um contato com o processo histórico excludente que denuncia tal problema, para tomar as conformações atuais, portanto foi necessário discorrer sobre a instituição escola e o caminho percorrido até a definição de hoje, o que, por sua vez, deu abertura para discutir a inclusão social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros, assim como o processo de trabalho do Serviço social junto a esses grupos.

Quanto à intervenção com as pessoas LGBT, é necessário acima de tudo, que se tenha um olhar crítico a respeito do diferente sem qualquer preconceito ou estigma. É preciso ir além do que está exposto e procurar sempre soluções novas no enfrentamento das dificuldades de cada situação de violação de direitos e também da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Glaucia. Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as Assistentes Sociais. In: Revista O Social em questão, nº 20- Diversidade Sexual e Cidadania.PUC-RIO, 2008.

BELLO. Alexandre Toaldo& FELIPE, Jane. Construção de Comportamentos homofóbicos no cotidiano da educação infantil. IN: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas –: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Brasília.

DIAS, Maria Berenice (2000), União homossexual: o preconceito & a justiça. Porto Alegre: livraria do advogado, 2000.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz. Homofobia nas escolas, Um problema de todos IN: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas– Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Brasília.

MADRI e FILHO. Daniela Martins; Francisco Carlos Moreira. A homossexualidade e a sua historia, [intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/.../1569](http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/.../1569)

PRATA, Marcelo Ricardo. Serviço social e Homossexualidade. In Em Debate. Revista do Departamento de Serviço social. 2007. IN: <http://www.maxuell.ele.puc-rio.br>

RANGEL, Marl&Otilde; Oliveira, Lisis Fernandes Brito de. Adolescentes, escola, Fam&iacute;lria: as press&otilde;es do preconceito heteronormativo. In: Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de g&ecirc;nero. Modo de acesso: <http://www.abeh.org.br> <http://editorarealize.com.br/revistas.php>

RODRIGUES, Humberto. O amor entre iguais. Editora Mythos, S&acirc;o Paulo, 2004. <http://www.vermelho.org.br/noticia/257130-8> , Acesso em 13 de setembro de 2016.

SEFFNER, Fernando. Equ&iacute;vocos e armadilhas na articula&ccedil;ao entre diversidade sexual e pol&iacute;ticas de inclus&otilde;ao escolar. IN: Diversidade Sexual na Educa&ccedil;ao: problematiza&ccedil;oes sobre a homofobia nas escolas –: Minist&eacute;rio da Educa&ccedil;ao, Secretaria de Educa&ccedil;ao Continuada, Alfabetiza&ccedil;ao e Diversidade, UNESCO, 2009. Bras&iacute;lia.

SOUZA, Elaine de Jesus; SILVA, Joilson Pereira da &Otilde; SANTOS, Claudiene. Diversidade sexual e Direitos Humanos: o que pensam os/as educadores/as? IN: Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade <http://www.abeh.org.br> <http://editorarealize.com.br/revistas.php>

TRINDADE, J. D. de L. Hist&otilde;ria Social dos Direitos Humanos. S&acirc;o Paulo. Ed. Petr&otilde;polis, 2002.

TRINDADE, M. A assist&ecirc;ncia &agrave; sa&uacute;de de pessoas transexuais: aspectos hist&otilde;ricos do Processo Transexualizador no Estado do Rio de Janeiro. Disserta&ccedil;ao (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Servi&ccedil;o Social, 2014.

\_\_\_\_\_. Aspectos Hist&otilde;ricos do Processo Transexualizador no Rio de Janeiro. Ed. Gamma, Rio de Janeiro, 2016.

## **SITES CONSULTADOS**

<http://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342> (27|4|2014)

[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11065&revista\\_caderno=3](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11065&revista_caderno=3)

<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/camara-de-niteroi-derruba-discussao-sobre-diversidade-nas-escolas-19729461>